Um Assentamento de Trabalhadores Rurais Sem-terra: Avanços e Recuos da Transição Democrática Brasileira^(*)

**Maria Conceição D’Incao
(CEDEC)**

Introdução

Este texto é um esforço de reflexão sobre alguns dos resultados de um estudo de caso em andamento⁽¹⁾, à luz da trajetória do projeto político de reforma agrária na transição democrática brasileira.

A referida pesquisa consiste num estudo em profundidade de um grupo de trabalhadores que tiveram acesso ao uso agrícola de terras públicas, como parte de uma política de “Aproveitamento dos Recursos Fundiários”⁽²⁾ desenvolvida pelo Governo do Estado de São Paulo, no período de 1983 a 1987. Esta política pretendia antecipar, no Estado de São Paulo, o processo de reforma agrária que deveria iniciar-se, a nível nacional, com o Governo de Transição, empossado em 1985.

^(*) Texto elaborado a partir de resultados de pesquisa realizada em colaboração com Gérard Roy, através de convênio de cooperação internacional CNPq/CEDEC/ORSTOM (França).

Com a derrota do projeto de reforma agrária nas negociações que definiram o pacto político do Governo de Transição, a política fundiária do Governo do Estado de São Paulo entra em refluxo. O novo governo estadual, empossado em 1988, embora não se pronunciando claramente sobre ela, inicia uma série de medidas obstaculizadoras do processo iniciado, de tal sorte que os espaços institucionais criados no período anterior permanecem debilitados, como focos de resistência democrática dentro do próprio Estado. Ou, numa outra ótica, como mecanismos de mascaramento do evidente retrocesso das políticas estatais de atendimento às demandas da luta pela terra. O saldo mais objetivo deixado pela referida política democratizante consiste em 31 assentamentos⁽³⁾, envolvendo 3.876 famílias de trabalhadores⁽⁴⁾.

O caso ora analisado é o Assentamento de Porto Feliz, implementado pelo Governo do Estado em março de 1986, abrigando 81 famílias em 1.200 ha de terras públicas, situadas a aproximadamente 100 km da cidade de São Paulo.

A problemática central do mencionado processo de investigação orienta-se, de um lado, pelo pressuposto de que as possibilidades desses assentamentos serem bem sucedidos são bastante limitadas. Resultado do encontro de condições políticas favoráveis - o fortalecimento da organização do movimento dos Sem Terra (M.S.T.)⁽⁵⁾, o referido programa do Governo Estadual e a perspectiva de uma reforma agrária a nível nacional, esses assentamentos têm enfrentado o desafio de se desenvolverem em condições extremamente adversas. Como esses trabalhadores resolverão a questão estrutural de encontrar uma forma de existência enquanto pequenos produtores rurais numa economia dominada pela grande empresa agrícola? Ou melhor dizendo, como resolverão esta questão num contexto político desfavorável à reforma agrária e à pequena produção agrícola de um modo geral? E, num outro ângulo, que dificuldades objetivas terão que superar? E em que condições, também objetivas, poderão superá-las?

De outro lado, parte-se também do pressuposto de que as possibilidades dos trabalhadores assentados conseguirem se recriar em pequenos produtores rurais viáveis, nas condições mencionadas, dependem de como forem capazes de enfrentar, de forma organizada, as dificuldades oferecidas pela situação de assentamento. A partir do momento em que esses trabalhadores tiveram acesso à terra, defrontaram-se com o desafio do aprendizado do uso das regras do novo sistema de instituições ao qual passaram a pertencer. Isto é, enquanto pequenos produtores agrícolas têm que aprender a lidar com as regras do sistema financeiro, do mercado e da própria produção agrícola. Têm, ainda, que criar novas formas de relações interpessoais e com o Estado... Todavia esse aprendizado, no contexto de refluxo das políticas de proteção a essas unidades retomadas, torna-se particularmente difícil. Além de não contarem com os necessários subsídios estatais, enfrentam a questão de uma assessoria técnica e da presença de

militantes políticos e representantes da Igreja Católica - desde o princípio ligados ao movimento de luta pela terra - também bastante hesitante.

A fragilidade dos "projetos modelos" trazidos pelas instituições co-participantes da experiência faz com que os "velhos projetos" dos quais os trabalhadores são portadores passem a ter papel determinante na vivência cotidiana do assentamento. Ora, sabe-se que os "projetos de vida" dos trabalhadores são, eles mesmos, fortemente marcados pela ideologia das instituições dominantes da sociedade: família, religião etc... Que, em razão disso, a vivência cotidiana desses sujeitos, na ausência de um projeto político com o qual possam interagir dialeticamente, tende ao desenvolvimento de relações sociais paralisantes - relações sociais seriais, na linguagem sartriana (Sartre, 1982). Nesta perspectiva, a própria realização dos projetos individuais dos trabalhadores se inviabilizaria. Na impossibilidade de criar relações novas, eles estariam condenados a reproduzir a miséria estrutural dominante.

Acredita-se, por outro lado, que a própria situação de assentamento lhes oferece perspectiva. Diante da ameaça que pesa sobre seus projetos individuais e portadores da memória da recém-vivida, experiência de mobilização pelo acesso à terra, eles tenderiam a valorizar mesmo que ambigualmente, a busca de soluções negociadas coletivamente para os problemas comuns enfrentados. Nessa busca, teriam a possibilidade de estabelecer relações novas - relações grupais no lugar de relações seriais (Cooper, 1972), mais adequadas à criação dos novos caminhos aos quais estão, historicamente, desafiados.

No enfoque ora privilegiado pretende-se reconstruir algumas das práticas sociais - paralisantes ou criadoras - que se desenvolvem no cotidiano do grupo analisado, como efeito dos recentes avanços e recuos do projeto político de reforma agrária. Mais especificamente, pretende-se avaliar as possibilidades ou obstáculos oferecidos por essas práticas à recriação desses trabalhadores em novos sujeitos da luta pela reforma agrária no Brasil. A natureza do processo de investigação em curso - estudo de caso - define os limites do esforço desenvolvido. Os dados de observação analisados referem-se necessariamente ao caso estudado. Por outro lado, o aprofundamento da investigação realizada multiplica as possibilidades de reflexão sobre os sistemas - político, social, econômico etc - aos quais a experiência analisada se vincula.

II - Reforma Agrária e Transição: avanços e recuos do processo de redemocratização

Sabe-se que o recente processo de reinstitucionalização do país não deu conta de incorporar a extremamente diferenciada demanda da mobilização social gestada durante o regime militar e responsável, em grande medida, pelo conteúdo do projeto de democratização com o qual se adentrou o Governo de Transição.

O caso da demanda pelo acesso à terra ou da demanda pela reforma agrária é um exemplo típico de reivindicações populares que não encontraram qualquer abrigo na nova institucionalidade do país. Mais ainda, é um campo privilegiado para a análise do caráter conservador do pacto político com o qual se inaugura o regime democrático e das dificuldades a serem ainda enfrentadas pelo processo de redemocratização em curso.

A luta pelo acesso ou pela manutenção da posse da terra é bastante antiga no país. Ela começa a ganhar generalidade política, entretanto, no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964. É a partir de meados dos anos 50, com a organização das Ligas Camponesas no Nordeste e a emergência das lutas sociais dos camponeses meridionais, que começa a se constituir, a nível nacional, o movimento social dos camponeses e trabalhadores rurais (Santos, 1989). Em 1961, realiza-se, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Rurais, com a participação de representantes de todas as correntes do movimento camponês. As principais reivindicações desse congresso consistiram no reconhecimento do direito dos posseiros à propriedade de suas posses, na redistribuição fundiária e acesso massivo às terras públicas ou áreas expropriadas, e na garantia do “direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe”, bem como do direito à “sindicalização livre e autônoma dos assalariados agrícolas e semi-assalariados da agricultura” (Santos, 1989).

Quando, em 1964, inaugura-se o regime militar, os resultados dessa intensa mobilização social no campo já se mostram bastante significativos: cerca de 772 sindicatos haviam surgido desde o referido congresso, e as federações então existentes haviam criado, em dezembro de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Os objetivos centrais dessa organização nacional dos camponeses era a reforma agrária e o reconhecimento dos direitos trabalhistas no campo.

Empossado em plena efervescência do movimento social no campo, o primeiro Governo Militar reprimiu fortemente essas lideranças, servindo-se das forças policiais e militares, bem como da “ajuda” dos grandes proprietários latifundiários. Mas não pode se furtar, já no final de 1964, à aprovação de um estatuto legal - o Estatuto da Terra -, encarregado de orientar, simultaneamente, as novas políticas estatais para a agricul-

tura e a política de reforma agrária, com a qual o Estado deveria responder à demanda da luta pela terra. Aprovado nesta conjuntura política, o referido estatuto é portador de uma ambigüidade originária: ao mesmo tempo em que estabelece novas bases para o incentivo da grande empresa rural, cria a figura da “função social da terra”, com base na qual prevê a desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Neste particular, a ampliação do Estatuto da Terra dependeria de um Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA - do qual, é quase dispensável dizer, não se cogitou até a recente transição para o regime democrático.

Durante o período do regime militar - 1964 a 1985 -, a agricultura, incentivada pelo Estado, desenvolveu-se no país, elevando a concentração da propriedade da terra e agudizando os problemas sociais no campo. Fortemente reprimida, a luta pela terra só encontrava vias de solução em situações agudas e pontuais, identificadas como de “conflito social” e passíveis de aplicação do quesito legal da “desapropriação por interesse social”. Mesmo assim os conflitos de terra se avolumaram por todo o país. Fortalecidos pela resistência do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, que continuou crescendo e, a partir de 1975, pela participação de setores progressistas da Igreja Católica que, através da criação da Comissão Pastoral da Terra - CPT -, decidiram engajar-se na luta pela Reforma Agrária.

A ação organizada dessas duas instituições - CONTAG e CPT - consegue preservar a generalidade conquistada pelas lutas sociais no campo antes do golpe militar, de tal sorte que, quando se inicia o período de abertura política - final dos anos 70 -, o movimento camponês marca forte presença entre os amplos setores da sociedade civil que pressionavam o governo militar. Um indicador bastante significativo desta presença é o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em maio de 1979, em Brasília, com a participação de 1.200 representantes de 2.275 sindicatos de trabalhadores rurais, congregados em 21 federações. Neste congresso são discutidos vários temas ligados ao processo de redemocratização do país, dentre os quais se destacaram a prioridade do trabalho sindical junto às bases - durante o período de maior repressão foi dada prioridade à formação de quadros - e a reforma agrária definida como reivindicação central e unificadora do movimento.

A partir daí, em decorrência das novas diretrizes do movimento sindical e do próprio processo de abertura política em curso, intensificaram-se as mobilizações das diferentes categorias de trabalhadores rurais e intensificou-se a luta pela reforma agrária. É nesse contexto que se elabora, em 1984, a plataforma política do governo civil encarregado de fazer a transição para o regime democrático. Nessa plataforma política a reforma agrária aparece como prioridade a ser operacionalizada através da aplicação do Estatuto da Terra.

Recém-empossado - início de 1985 -, o novo governo cria um Ministério da Reforma Agrária - MIRAD, para cuja pasta indica Nelson Ribeiro, político ligado à Igreja Católica. A seguir convoca técnicos e intelectuais ligados ao movimento pela reforma agrária e ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, para a elaboração do PNRA, tal como proposto no Estatuto da Terra.

Não obstante as limitações impostas por este estatuto, a primeira proposta para o PNRA previa o atendimento, em 15 anos, de 7,1 milhões de trabalhadores rurais sem terra. Para isso, contava com a possibilidade de redistribuição de 409,5 milhões de ha de terras ociosas dos latifundiários cadastrados no INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -, acrescidos de mais 71,7 milhões de ha de terras devolutas. Esta proposta foi apresentada para "debate com a nação" no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizado em maio de 1985, em Brasília, com a participação de representantes de 2.564 sindicatos.

A reação das elites rurais à primeira versão do PNRA foi pronta e eficaz. Atuando junto ao Governo Federal, através de suas associações representativas, pressionando a opinião através da imprensa, afrontando publicamente os setores progressistas da Igreja Católica e reprimindo diretamente os movimentos de luta pelo acesso à terra, essas elites conseguiram criar no país um verdadeiro clima de desestabilização social a propósito da reforma agrária, a tal ponto que, ao final de 5 meses, conseguiram fazer aprovar um plano que restringia acentuadamente as metas acima citadas. Mais do que isso, conseguiram obstaculizar a realização dos planos regionais - vias de operacionalização do plano nacional - e fragilizar a vontade política do Governo de Transição no tocante à reforma agrária. Sequer as modestas metas do plano aprovado passaram a ser cumpridas (Baltar, 1990).

As conseqüências desta vitória das forças contra-reformistas se fizeram sentir nos trabalhos do Congresso Nacional Constituinte, iniciados logo a seguir - 1987. As diferentes associações do empresariado rural uniram-se com o objetivo de eleger parlamentares e apresentar propostas ao referido Congresso. No essencial essas propostas visavam assegurar uma política agrícola favorável à grande empresa dominante e contrapor a reforma agrária ao objetivo prioritário do desenvolvimento agrícola, reduzindo-a à dimensão de política de promoção social. À força do empresariado rural organizado se somou, nos confrontos dos debates constituintes, a fragilidade das forças reformistas: os partidos políticos mais progressistas não tinham um projeto claro para a reforma agrária, a Igreja Católica recuou significativamente frente aos desafios colocados pela transição à sua auto-reprodução institucional (Sanchez, 1988), e a CONTAG investiu maior energia nos temas que asseguravam sua inserção no pacto político da transição (Ricci, 1990). O resultado dessa perversa correlação de forças foi a derrota do projeto de reforma agrária na Constituinte. O novo texto legal representa

um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, porque, embora reconhecendo a possibilidade da desapropriação de terras por interesse social, subordina-o à produtividade da terra.

É evidente que, num país com tanta terra improdutiva, esse obstáculo legal não chegaria a inviabilizar o desenvolvimento, a partir do Estado, de um processo de reforma agrária. Mas esta trajetória do projeto político de reforma agrária pelos espaços institucionais do Governo de Transição abalou profundamente as convicções políticas em torno dessa questão, levando o próprio debate político e acadêmico a iniciar um esforço de revisão e a buscar novas bases para o enfrentamento da questão social no campo brasileiro (D'Incao, 1990).

É nesse clima de relativo desamparo legal, de oposição crescente por parte das forças políticas dominantes, de omissão estatal e de incertezas por parte dos partidos políticos e demais forças sociais progressistas, que os assentamentos viabilizados durante esse período de transição - um dos quais é objeto do presente estudo - vêm enfrentando o desafio de encontrar possibilidades de existência para esses novos pequenos produtores rurais inseridos numa economia dominada pela grande empresa agrícola.

III A Política dos Assentamentos e a demanda organizada dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo.

Já foi mencionado que, durante o regime militar, algumas experiências pontuais de desapropriação de terras para fins de reforma agrária foram realizadas, especialmente em áreas de conflito acirrado de posseiros, para as quais as práticas habituais de repressão não se mostravam eficientes. Paralelamente, o governo militar desenvolveu alguns projetos de colonização em terras devolutas da fronteira agrícola, para onde eram levados trabalhadores rurais sem terra de diferentes regiões do país. Essas experiências, também conhecidas como projetos de assentamento, frustraram-se todas. Faltava-lhes, além de uma real assessoria técnica, a retaguarda de uma política global de apoio à pequena produção agrícola.

Durante o período de abertura e início do chamado Governo de Transição, essas políticas pontuais de reforma agrária se intensificaram. Em parte, em decorrência da própria pressão crescente da luta pela terra e em parte, pelo otimismo de agentes estatais com a possibilidade da aprovação e implantação do PNRA. Uma quantidade significativa dessas experiências resultava da pressão do movimento dos trabalhadores sem terra

- MST - que, ressurgindo no sul do país, no início dos anos 80, organizava-se nacionalmente, ganhando força e generalidade política. Essas experiências passaram também a ser conhecidas como assentamentos.

Empossado dois anos antes - 1983 - do Governo de Transição, o Governo Montoro implementou, no Estado de São Paulo, a referida política de assentamentos. Coerente com a plataforma política do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, principal frente de oposição ao regime militar - essa política visava atender à demanda crescente dos trabalhadores organizados pelo acesso à terra. Na impossibilidade legal da desapropriação de terras de reforma agrária a nível estadual, o "governo democrático" viabilizou o atendimento a essa demanda através de um "Plano de Aproveitamento de Terras Públicas", que previa a utilização de terras públicas para fins de assentamento de trabalhadores sem terra. Da elaboração deste plano participaram diretamente intelectuais ligados historicamente à defesa da Reforma Agrária no país e lideranças do Movimento Sindical Rural. A Igreja Católica, com presença marcante junto aos movimentos sociais de luta pelo acesso ou manutenção da posse da terra e representada em outros setores do Governo de Estado, atuava mais como instituição demandante de uma política de democratização do campo.

A operacionalização do referido plano sofreu, entretanto, as conseqüências do complexo equilíbrio de forças que definia o PMDB e o próprio aparelho de Estado. Constituído mais como frente do que como partido político, o PMDB abrigava políticas que, segundo Marco Aurélio Garcia, iam "desde os fisiológicos, à esquerda tradicional, passando pelo comunitarismo conservador democrata cristão" (Garcia, 1986). A tensão decorrente da convivência dessas diferentes forças políticas se faz sentir, na política de assentamentos do Governo Montoro, em duas vertentes principais: num primeiro momento, na definição dos objetivos e da metodologia de intervenção estatal junto aos assentamentos.

A Reforma Agrária prometida e permitida pela plataforma política do PMDB era a do Estatuto da Terra que, conforme já foi mencionado, reiterava a política agrícola dominante no país, ao mesmo tempo que previa a realização de um Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA - para assegurar à terra sua função social. Nestes termos e tendo que enfrentar o diálogo com as forças contra-reformistas, os agentes estatais responsáveis pela nova política de acesso dos trabalhadores rurais à posse da terra não ousavam colocar em questão os parâmetros da política agrícola vigente, mesmo porque, cabe registrar, muitos deles os consideravam inevitáveis frente aos objetivos do desenvolvimento da agricultura brasileira (D'Incao, 1990). E, na medida em que o debate institucional tendia a privilegiar a questão da produtividade agrícola - argumento principal do discurso das forças contra-reformistas - esses agentes ensejaram um avanço no equacionamento de objetivos econômicos claros para os assentamentos programa-

dos: a produção de alimentos básicos para a população brasileira. Para atender a esses objetivos e para assegurar o sucesso das experiências programadas, definiram o modelo agrícola e os critérios da assessoria técnica a ser levada aos trabalhadores.

Desejosos de evitar os riscos da reprodução dos espaços de “miséria rural”, criados pelas experiências de assentamento do governo militar e não dispendo de uma política global de apoio à pequena agricultura, os responsáveis pelas diretrizes da política em questão deram prioridade ao que chamavam de produção cooperada. A lógica desse modelo era evidente: organizados de forma cooperativa, os trabalhadores assentados teriam condições de incorporar a tecnologia agrícola e a linha de subsídios estatais existentes - as da agricultura empresarial - e, conseqüentemente, de produzir em condições mínimas de competitividade com a grande empresa agrícola dominante. O controle da implantação deste modelo, a cargo dos técnicos estatais, previa uma série de etapas a serem cumpridas até a aquisição, por parte dos trabalhadores, do documento que lhes asseguraria o direito ao uso da terra - A legislação estadual não autoriza a concessão de títulos de propriedade da terra. Dentre essas etapas que compreendiam o chamado período experimental, cabe destacar: a criação de uma associação de trabalhadores, a elaboração de um planejamento agrícola comum, do qual dependia o acesso à terra e os subsídios e um período de 5 anos para que os trabalhadores comprovassem sua competência, através de índices consideráveis de produtividade. Nos documentos oficiais, esses mecanismos de controle estatal eram apresentados em nome da garantia da participação popular, outra prioridade da plataforma política do Governo Montoro, inviabilizada pela heterogeneidade das forças políticas que o compunham (Garcia, 1986).

Fato significativo é que este modelo de produção cooperada ou associada - estes termos não eram usados com a devida precisão - encontrava forte apoio nas forças políticas da esquerda e, em especial, na Igreja e no MST. Em grande medida ele foi produto da própria esquerda representada pelos intelectuais da reforma agrária encarregados da elaboração da política de assentamentos. E aí, além da já mencionada complexidade da correlação de forças políticas, jogavam papel importante os velhos preconceitos da esquerda em relação ao pequeno produtor rural (D’Incao, 1990). A Igreja, por sua vez, via neste modelo a possibilidade de recriação de seu projeto comunitário e o MST, com seu projeto socialista, defendia a produção organizada coletivamente como meio, de um lado, de evitar o risco da criação de uma pequena burguesia rural e, de outro, de manter a necessária organização dos trabalhadores assentados para uma luta que sabiam ser longa. A convergência desses diferentes interesses fortaleceu, no início da implantação da política de assentados, o modelo que passou a ser conhecido como “produção coletiva”.

Os problemas decorrentes do nítido caráter desta política não tardaram, entretanto,

a aparecer. Em linhas bastante gerais, já em 1986 - os primeiros assentamentos dessa política eram de 1984 - o clima de tensão nos assentamentos era grande, as associações criadas para a produção cooperada começavam a se dividir em pequenos grupos, e os técnicos estatais - quase sempre militantes políticos de esquerda - esforçavam-se por encontrar formas de produção conciliatórias entre o modelo cooperativo implantado pelo Estado e o modelo "parcelar" ou "familiar" do qual os trabalhadores eram, supostamente, portadores. A tendência dominante entre os técnicos estatais, defensores do modelo de "produção coletiva" passou a ser o que se chamava modelo de produção misto. Isto é, uma forma de produzir na qual, com algumas variações, a gestão do maquinário e demais implementos agrícolas, e o planejamento da produção deveriam continuar a ser feitos pelos trabalhadores associadamente, enquanto que o plantio, os tratos culturais e a colheita passavam a ser administrados pelas diferentes famílias e em suas terras já devidamente demarcadas. Simultaneamente aumentavam, na Secretaria da Agricultura, os adeptos do chamado modelo familiar - originariamente perdedor - e defensores de uma agricultura mais voltada à subsistência dos trabalhadores assentados. O que também parecia arriscado porque, embora aparentemente mais adequado ao projeto dos trabalhadores, esse modelo não oferecia à assessoria estatal qualquer orientação no sentido da superação da tradicional pobreza dominante nos meios camponeses brasileiros.

Mas a complexidade da correlação de forças que caracterizava o Governo Montoro não se refletiu apenas no caráter estadista do "Plano de Aproveitamento de Terras Públicas". Ela interferiu diretamente nos rumos de sua própria implementação.

A análise das articulações políticas que caracterizaram a trajetória deste plano no período Montoro (Barbara e Leite, 1990) revela a relativa solidão em que viviam os responsáveis pela elaboração e operacionalização desta política, no seio do próprio aparelho de Estado, um pequeno grupo que ocupava cargos de confiança na Secretaria de Agricultura e Planejamento e que não encontrava resposta das demais Secretarias de Estado, ou setores estatais de um modo geral, dos quais dependia para a implementação dos assentamentos.

Os entraves colocados pelas forças contra-reformistas à realização desta política de atendimento à demanda da luta pelo acesso à terra apareciam, sobretudo, sob a forma de obstáculos burocrático-administrativos. Uma primeira dificuldade neste sentido foi a identificação das terras públicas ou sub-aproveitadas a serem destinadas aos assentamentos. Não obstante orientado por um pedido formal do próprio governador, esse processo defrontou-se com a recusa ou atraso das diferentes secretarias estatais no apontamento das terras a serem cedidas pelas mesmas. Outro atraso bastante obstaculizador do processo foi o relativo à elaboração e aprovação da lei específica que deveria viabilizar o plano. E, finalmente, inúmeros obstáculos burocráticos retardavam ou inviabilizavam a destinação de verbas para os assentamentos implantados.

Para fazer frente a essas dificuldades, o grupo encarregado da referida política promoveu, em 1986, a criação da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários - SEAF - que, vinculada diretamente ao Gabinete do Governador e, conseqüentemente, possuindo autonomia financeira e jurídica, deveria congregiar todos os organismos relacionados com a questão fundiária e fazer frente à necessária agilização das políticas referentes a ela. Análises realizadas, entretanto, apontam para o caráter tardio desta iniciativa, já em final de governo, quando "as diretrizes norteadoras da proposta inicial - de 1983 - já haviam fracassado" (Barbosa e Leite, 1990). E o fato é que, nestas alturas, alguns dos principais responsáveis pela gestão desta política já haviam se demitido e outros, se transferido para cargos junto ao Ministério da Reforma Agrária ou ao INCRA - Instituto de Colonização e de Reforma Agrária -, em Brasília, onde estava centralizado o debate sobre o PNRA, para o qual se dirigiam todas as energias das forças políticas favoráveis ou contrárias à reforma agrária.

O que parece explicar a relativa vitalidade da política de assentamento do Governo Montoro - o saldo de assentamentos que deixou e a persistência, mesmo que debilitada, da assessoria estatal até a presente data - é a participação das organizações de trabalhadores durante todo o processo. Inicialmente, o pequeno grupo encarregado da elaboração do "Plano de Aproveitamento de Terras Públicas" e de sua implementação teve o apoio formal da FETAESP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo. Esta vinculação de setores estatais com representantes progressistas do sindicalismo rural - a parte renovadora de diretoria da FETAESP, que também chegou perdendo ao final do período de transição - atendia a duas necessidades centrais da referida política: de um lado, fortalecia o grupo responsável por ela dentro do próprio aparelho de Estado e frente às forças políticas contra-reformistas nele presentes, de um outro lado, criava, junto aos movimentos organizados de luta pela terra, a confiabilidade necessária ao bom planejamento do programa estatal. Esta credibilidade permitiu, de início, uma certa contenção dos movimentos, de tal sorte que o Estado tivesse o tempo necessário ao planejamento dos assentamentos.

À medida, entretanto, que os obstáculos criados pela burocracia estatal se tornavam evidentes e os sindicalistas se afastavam pouco a pouco do governo, o MST retomava sua orientação anterior, e os grupos organizados de trabalhadores Sem Terra passavam a recorrer às táticas desenvolvidas pelo mesmo no período de abertura: acampamento em rodovias ou em locais estratégicos para o acesso à terra (Abramovay, 1989) e ocupação de terras ociosas. Agora, como resposta ao plano de governo, em terras públicas ociosas. Através desses procedimentos, conquistavam espaço de negociação com o Estado e forçavam a implementação do programa de governo. Dados disponíveis sobre a origem de 24 dos assentamentos do Governo Montoro mostram que, durante o período 1983/1984, a metade dos assentamentos realizados foram planejados, enquanto que 10 dos 14 realizados no período posterior, resultaram de ocupações de trabalhadores Sem Terra⁽⁶⁾.

IV O Assentamento de Porto Feliz⁽⁷⁾: conquistas e perdas do processo de construção da cidadania

A análise das práticas sociais desenvolvidas no Assentamento de Porto Feliz, desde o período de luta pela terra - 1985/1986 -, até a presente data - 1990 -, permite avaliar as conseqüências dos descaminhos das recentes políticas de atendimento à demanda da luta pela terra, na construção da cidadania brasileira. Mais especificamente, permite ver como a derrota do projeto político da reforma agrária no Governo de Transição transformou situações de evidente ganho dos movimentos populares - a situação de assentamento, por exemplo - em espaços nos quais os trabalhadores correm o risco de se recriarem enquanto mão-de-obra não qualificada e, conseqüentemente, em sujeitos excluídos do direito a ter direitos.

Vencedores, pela conquista da terra, num primeiro momento do processo de transição democrática, os trabalhadores assentados assistiram, a seguir, à derrota do projeto do qual sua luta ganhava generalidade política - o projeto político de reforma agrária. Nestas circunstâncias, tendo perdido, pela própria condição de assentados, a referência que lhes assegurou a identidade política na luta pela conquista da terra - o projeto do MST - não têm tido condições de construir sua nova identidade social no seio de uma política real de reforma agrária. Resta-lhes, ao que tudo indica, a possibilidade de se recriarem em novos sujeitos da luta pela reforma agrária - ou pela democratização das relações sociais no campo - no dia-a-dia da situação de assentamento.

A conquista da terra e do direito a ter direitos

O movimento que permitiu, aos trabalhadores do Assentamento de Porto Feliz, o acesso à terra ganha seu pleno significado quando considerado dentro da mobilização mais geral da sociedade brasileira pela redemocratização do país - o processo de abertura política. Neste processo cabe destacar, para o caso dos assentamentos do Estado de São Paulo, o já referido "Plano de Aproveitamento de Terras Públicas" do Governo Montoro - entendido, ele mesmo, como resultado, de um lado, do movimento nacional pela reforma agrária⁽⁸⁾ e, do outro, da maior intensificação e organização da luta pelo acesso ou manutenção da posse da terra⁽⁹⁾.

A compreensão, entretanto, desse processo como tal - isto é, enquanto movimento constitutivo da sociedade - pressupõe o conhecimento da forma específica através da qual os diferentes sujeitos sociais ou políticos dele participaram ou participam. Neste texto, procura-se reconstruir o complexo de relações que viabilizou o encontro dos trabalhadores de Porto Feliz e sua conseqüente constituição em sujeitos da luta pela conquista da terra no momento histórico considerado. Em outras palavras, procura-se

identificar as principais determinações contidas na forma pela qual sintetizam sua própria experiência: “Parece um sonho”. Sonho forjado no bojo do movimento e como resultado das semelhanças das experiências vividas. Sonho que os recria, de trabalhadores não qualificados e, portanto, “excluídos” dos sistemas sociais e políticos dominantes, em cidadãos com direito a expressar e negociar suas demandas, com direito a participar da condução de suas próprias vidas.

Os fatores que levaram esses trabalhadores à decisão de ingressar no movimento de luta pela conquista da terra podem ser encontrados na inter-relação de suas trajetórias individuais com sua história social recente. A reconstrução da história de vida dos 39 chefes de família que integram a Associação dos Trabalhadores do Assentamento de Porto Feliz permite entrever os contornos desta inter-relação.

Diferentemente do que se supunha, os trabalhadores do Assentamento de Porto Feliz são mais urbanos do que rurais. Operários não qualificados da construção civil - serventes de pedreiro - ou da indústria - faxineiros, vigias etc. - formaram a maior parte do grupo. Alguns poucos eram operários mais qualificados - pedreiros, motoristas e apenas quatro trabalhavam junto a empresa agrícola: um parceiro, um arrendatário e dois diaristas, residentes na cidade. Com exceção de um, entretanto, todos são de origem rural. Netos ou filhos de pequenos produtores rurais - posseiros, parceiros, arrendatários ou, em alguns poucos casos, pequenos proprietários. Pequenos produtores insuficientes, de áreas de economia estagnada do país - nordeste em especial -, que entraram em processo de desenvolvimento e de transformação das relações sociais de produção. A memória da infância desses trabalhadores é marcada pela referência a mudanças da família em busca de uma terra ou um trabalho melhores, e a adolescência, pela necessidade de sair de casa para “fazer a vida” ou “cair no mundo”.

Nestas circunstâncias, a socialização originária desses sujeitos já se deu dentro do intenso processo de migração campo-cidade - ou de proletarização do homem do campo, que caracterizou o desenvolvimento do país nos últimos 40 anos. Neste processo, o conhecimento das regras do que se pode chamar sociedade camponesa - formada pela pequena produção rural familiar, minimamente autônoma - sofre as conseqüências das perdas vividas pelas famílias em processo de expropriação da terra. A carência e a insuficiência da produção agrícola são referências ligadas à lembrança de infância de grande parte dos trabalhadores estudados. Da mesma maneira, a instabilidade e o desejo de “caçar outra vida”. Deste ponto de vista, pode-se concluir que a origem rural dos trabalhadores do Assentamento de Porto Feliz apenas lhes assegurou um saber camponês residual.

Entretanto, a observação desses trabalhadores em situação de assentamento revelou a existência de diferenças significativas no conhecimento dos mesmos em relação ao

cultivo da terra. Essas diferenças parecem se explicar pelas suas trajetórias individuais nesse processo mais geral de proletarianização e de incorporação progressiva das regras da vida urbana. Assim, alguns deixaram seus locais de origem para trabalhar como parceiros ou arrendatários nas regiões fronte de expansão do capitalismo agrário dos anos 50 e 60. Estes tiveram uma experiência como pequenos agricultores na região sudeste do país - estados de São Paulo e Paraná. Vieram para a cidade quando o avanço técnico da agricultura substituiu o arrendamento e a parceria pelo trabalho assalariado. Outros, mais jovens, andaram pelas atuais frentes de expansão - Mato Grosso, Rondônia etc. - onde acumularam, muito mais do que experiência camponesa - a experiência da superexploração de sua força de trabalho e a experiência da luta pela conquista e pela manutenção da posse da terra. Outros, finalmente, fizeram a trajetória mais direta de seus locais de origem para as regiões industrializadas do Estado de São Paulo, multiplicando experiências de trabalho urbano não qualificado. Nos tempos de desemprego, assalariaram-se como diaristas junto à grande empresa agrícola - cortaram cana, colheram laranja, algodão etc.

Cabe deixar claro que essas diferenças de trajetórias individuais - e outras poderiam ser enunciadas - representam diferentes mediações do já referido processo de proletarianização do homem do campo brasileiro. Processo este que expulsou o homem do campo, não oferecendo condições para a sua incorporação plena ao trabalho urbano, transformando essa população migrante de duas ou três gerações, no que os sociólogos e economistas vêm chamando de "população excedentária", "exército industrial de reserva", "excluídos do processo produtivo dominante" ou, mais recentemente e a propósito das negociações que definiram o pacto político do Governo de Transição, de "excluídos do processo político". Para o uso desse texto e sem entrar no conteúdo ideológico dessa categoria "excluído", tratam-se de trabalhadores não qualificados e superexplorados pelo processo produtivo dominante, porque sub-remunerados, sub-empregados e, conseqüentemente, destituídos dos direitos mínimos das classes trabalhadoras ou, vale dizer, da cidadania.

A ênfase nessa questão é importante porque ela aponta para as condições nas quais essa população é incorporada à vida urbana. Condições de trabalho instável, de baixos salários e de precárias condições de vida. De certo ângulo, não diferentes das condições vivenciadas no campo. Pois bem, a forma pela qual os trabalhadores do assentamento de Porto Feliz subjetivaram essas condições parece ter-se constituído no fator homogeneizador das avaliações que os levaram a optar por integrarem-se à luta pela conquista da terra.

Só aparentemente essas avaliações são marcadas pela consciência do estado de carência em que viviam. E, é uma carência representada como referência para a afirmação de uma vida melhor: "aqui a gente não paga aluguel, não paga água", "aqui

a gente faz ao menos para comer”, “a vida aqui não é fácil, mas está melhor do que na cidade”... Além disso, o grupo é bastante diferenciado do ponto de vista de suas condições materiais de existência; há os que possuíam casa própria, os que pagavam aluguel e os que estavam sendo pressionados para deixar as casas onde eram inquilinos. Há, ainda, os que tinham trabalho estável, os que trabalhavam como diaristas e os que estavam procurando trabalho. E há aqueles que mantinham a família com um único salário e aqueles cujas mulheres e filhos crescidos trabalhavam e colaboravam para o orçamento doméstico. Alguns desses deixaram os filhos na cidade e outros os trouxeram para “ajudar” ou “aprender” a “trabalhar a terra”, porque, e aí parece estar a motivação principal da referida opção, “na lavoura a gente não tem patrão”, “a gente vive melhor”, “a gente trabalha quando quer”, “a gente é dono da vida da gente”.

Tudo indica que, portadores de um projeto de auto-reprodução familiar - a dificuldade de manutenção da família é a forma principal pela qual se representam suas carências - e de uma história de vida de errância à procura de trabalho, o movimento desses trabalhadores é marcado pela esperança de uma vida melhor. É esse sonho que explica a aparente facilidade com a qual eles se mudam de um lugar para outro, numa incessante demonstração de que é possível, sempre, recomeçar.

No caso específico dos trabalhadores do assentamento de Porto Feliz, a opção por incorporar-se ao movimento de luta pela conquista da terra aparece ligada a uma cuidadosa avaliação, na qual o desejo de uma vida nova ou melhor aparece em contraposição à dureza das condições de trabalho vivenciadas na cidade. Seus depoimentos são plenos de referências a problemas de saúde adquiridos no trabalho e à dificuldade com o transporte, com o salário, com o registro em carteira, com o horário de trabalho e o relacionamento com o patrão. E há referências explícitas também sobre a impossibilidade de melhorar de vida naquelas condições - “eu vi que ali eu não tinha chance de melhorar... eu ia ficar sempre na mesma”.

Para bem compreender esses depoimentos, é preciso ter presente a qualidade da experiência vivenciada pelos trabalhadores no mercado de trabalho urbano, isto é, a de trabalhadores não qualificados e superexplorados. É preciso ter presente que houve um tempo, nas suas trajetórias, que o trabalho na cidade aparecia com a objetivação desse sonho de uma vida melhor, e que, nestes termos, a decisão de voltar para a terra não se liga - com exceção dos casos de alguns trabalhadores mais idosos levados para a cidade pelos filhos - a qualquer nostalgia de um tempo bom vivido “na roça”, mas ao desejo de buscar esse tempo bom, sempre projetado para o futuro.

Essas considerações são importantes para que se entenda em que circunstâncias o projeto de uma vida melhor se objetiva no projeto de volta à terra. E aí jogam papel importante as possibilidades oferecidas pelo período de transição, no caso, pela já

referida política fundiária do Governo Montoro e pela ação do MST, auxiliado pela Igreja Católica e pelo Partido dos Trabalhadores. Todos os trabalhadores entrevistados foram informados da existência de um grupo que se formava, a exemplo de dois outros que já tinham conseguido a terra - os grupos Sumaré I e Sumaré II. Esses grupos eram beneficiários da mencionada política e integravam o MST. Os convites para formar um novo grupo chegavam através dos "companheiros da comunidade", e as reuniões preparatórias eram realizadas, quase sempre, nas igrejas. Dessas reuniões participavam trabalhadores da cidade de Campinas e mediações - em especial Sumaré e Hortolândia -, e de Limeira. Em todas essas cidades a mediação com os trabalhadores se fazia pelas CEBs - Comunidades Eclesiais de Base. As táticas a serem utilizadas pelo grupo para forçar a negociação com o estado eram o acampamento à margem de rodovias e a ocupação - principais formas de luta utilizadas pelo MST - de terras públicas, isto é, de terras passíveis de se transformarem em assentamentos, de acordo com a política do Governo do Estado.

Terminada a fase preparatória - cerca de 6 meses de reuniões semanais "na comunidade" - o grupo iniciou sua ação propriamente dita, ocupando as terras de um Instituto de Zootecnia em Nova Odessa - cidade próxima a Campinas. Cerca de 140 famílias entraram nessas terras, à noite, e ali começaram a construir seus barracos. Fundamentado na utilidade pública dessas terras, o Governo do Estado recorreu à Justiça e os trabalhadores receberam uma intimação para desocupar a área num prazo bastante curto. Pressionando, num acontecimento público, o Secretário da Agricultura, obtiveram uma pequena prorrogação do prazo definido pela Justiça e a promessa de negociações em torno da localização de uma outra área na qual o assentamento desse grupo de famílias fosse possível. Seguros da importância de continuarem pressionando o poder público, os trabalhadores se deslocaram, no prazo estabelecido, para um cruzamento de duas rodovias importantes na região. Construíram seus barracos à margem da rodovia Anhanguera - na altura da cidade de Campinas, a 100 km de São Paulo - e, com a ajuda das CEBs e dos setores da Igreja ligados diretamente ao movimento, ali permaneceram por quatro meses.

Durante esse período tentavam, através de representantes eleitos, fazer avançar as negociações com o Estado. Como estas não chegassem a um desfecho favorável, decidiram aumentar seu poder de pressão, fazendo uma "passeata" - uma caminhada - até o Palácio do Governo, em São Paulo. A marcha durou três dias, envolvendo homens, mulheres, crianças e velhos. Recebidos pelo governador, os trabalhadores tiveram a promessa de uma área de terra no prazo de, no máximo, 30 dias. E voltaram em ônibus oficiais para o acampamento. Exatamente no trigésimo dia deste prazo - 19/03/86 - receberam a visita de representantes oficiais do Governo de Estado, orientando-os para as terras ociosas de uma Companhia Estatal, no município de Porto Feliz, a 110 km de São Paulo e às margens da Rodovia Castelo Branco, uma das mais importantes do Estado. Acreditavam começar ali uma nova vida.

V. A situação de assentamento e o retorno às velhas relações de dominação

O principal desafio que os trabalhadores de Porto Feliz tinham a enfrentar, ao se instalarem na terra conquistada, era o de conseguirem transformá-la no espaço de realização dos projetos individuais que tornaram possível sua ação coletiva. Isto é, de conseguirem uma forma de organização da vida que correspondesse ao sonho que os levava até ali. Sonho de uma vida melhor para a família e de um trabalho mais autônomo e seguro.

Essa nova forma de organização da vida pressupunha o aprendizado das regras dos novos sistemas de valores aos quais passavam a pertencer. Pressupunha que se transformassem em produtores rurais competentes para a convivência com as regras do sistema de produção agrícola dominante. Para tanto necessitavam e contavam com a assessoria e os subsídios prometidos pela política que viabilizara essa conquista.

Já foi mencionado que a assessoria estatal programada para os assentamentos era portadora de um modelo de produção agrícola construído ao largo dos projetos e experiências pessoais dos trabalhadores. E que este modelo, por sua vez, definia a qualidade da tecnologia e dos demais subsídios agrícolas oferecidos pelas instituições financeiras estatais. Isto apontava, já de início, para algumas das dificuldades que os trabalhadores deveriam enfrentar na situação de assentamento.

No caso de Porto Feliz, o fato da experiência ter-se iniciado em 1986, quando as experiências modelares de produção coletiva já tinham se frustrado, jogou a favor dos trabalhadores assentados. Os técnicos estatais designados para assessorá-los já eram bastante críticos em relação ao caráter autoritário do referido modelo e atentos para a necessidade de dialogar com os trabalhadores. Assim, na primeira questão enfrentada - a do sistema de divisão da terra a ser adotado - já foram realizadas longas discussões com os trabalhadores. O projeto original dos técnicos estatais era o da divisão em lotes para o cultivo, associado à criação de uma agrovila, situada no centro da área, onde os trabalhadores receberiam uma pequena parcela de terra - o quintal - para a construção de suas casas e os cultivos de subsistência. O grupo se dividiu com relação a essa proposta. Os argumentos em defesa da proposta giravam em torno da maior facilidade de acesso das famílias à infra-estrutura de serviços de uso coletivo - escola, posto de saúde, barracões para as máquinas agrícolas etc - planejada no centro da agrovila. Mas, pelo menos mais uma preocupação estava presente na defesa que os técnicos faziam do referido projeto: a necessidade de manter os trabalhadores minimamente organizados para a obtenção dos financiamentos bancários para a compra de máquinas e para os cultivos. As linhas de financiamento existentes nesses casos eram dirigidas para pequenos produtores associados.

Após quase seis meses de discussões - enquanto isso os trabalhadores cultivavam as áreas melhores, coletivamente - o grupo se dividiu. Aproximadamente a metade preferiu morar em seu próprio lote - 9,4 ha - e produzir individualmente ou com seus próprios recursos. A outra metade organizou-se numa associação e aceitou o projeto inicial de divisão da terra em lotes e quintais, apenas com uma ampliação destes, que passaram a ser de 1,2 ha. A principal razão desta opção parece estar ligada às possibilidades de financiamento para a compra de máquinas e implementos agrícolas em geral - quatro grandes tratores foram adquiridos, já de início, com financiamento do BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, praticamente a fundo perdido. No depoimento dos trabalhadores associados, essa argumentação aparece indiretamente, referindo-se aos que decidiram "morar no lote", porque afirmam, tinham mais recursos para cultivar a terra. O discurso construído pelo grupo dos associados para justificar esta opção, entretanto, é um discurso moral sobre a importância da união e da organização.

Esse discurso moral é o resultado da presença da Igreja e do MST no processo. Através das lideranças do grupo essas instituições fizeram passar aos trabalhadores a idéia de que no sistema de agrovila estariam mais unidos, e através da associação, produzindo em cooperação - ou comunitariamente - assegurariam sua própria organização e seu compromisso com os objetivos originais do movimento. Assim, para os trabalhadores associados, os que optaram por "morar no lote" são "individualistas" e, conseqüentemente, não merecedores de qualquer confiança.

Esse maniqueísmo - associado/bom e individual/mau - é reforçado pela ação dos agentes estatais no seu intuito de levar adiante o projeto-assentamento. Embora esses técnicos tenham iniciado seu trabalho ali bastante disponíveis para a busca de soluções agrícolas mais adequadas à realidade dos trabalhadores, a incorporação dos "pacotes tecnológicos" impostos pelas linhas de financiamento existentes determinou, em grande medida, a organização da agricultura desenvolvida nos primeiros anos agrícolas. De um lado, o crédito agrícola recria a orientação política inicial para a produção de alimentos básicos. Iniciando seu quarto ano agrícola, os trabalhadores reproduzem a experiência do arroz, feijão e milho, que já se mostrou pouco rentável nos anos anteriores, porque a terra é pouca e não permite as vantagens da economia de escala. No último ano agrícola tiveram um ganho médio mensal no valor aproximado de um salário mínimo, o que só lhes permitiu sobreviver porque associado às vantagens de não pagarem aluguel e de uma produção mínima para consumo - galinhas, abóbora, mandioca, batata-doce, arroz, feijão, milho e, em alguns casos, porcos.

De outro lado, a própria existência de um equipamento de uso coletivo, adquirido pela associação dos trabalhadores, impõe-lhes e aos técnicos, um mínimo de organização coletiva da produção. O que não é um mal em si mesmo, mas, nas circunstâncias, acaba gerando uma série de dificuldades.

A expectativa dos militantes da Igreja e do MST, assim como dos próprios técnicos estatais, é que a experiência de organização do “tempo do movimento” atue favoravelmente nos rumos da associação. E os próprios trabalhadores, referindo-se ao mau funcionamento da mesma, lembram-se com nostalgia desse tempo em que “todo mundo era unido”. Tudo indica, entretanto, que a obrigatoriedade da organização, imposta de cima para baixo através dos subsídios estatais, compromete seriamente as possibilidades de dar continuidade ao coletivo. Sobretudo porque ela aparece reforçada pela condição imposta ao recebimento do documento que lhes garantirá o direito definitivo ao uso da terra: cinco anos de comprovada eficiência. A preocupação dos trabalhadores com esse documento esteve presente, desde o começo, nas relações que mantiveram com os pesquisadores - sempre que lhes parecia oportuno, pediam informações sobre ele.

A essa dificuldade se somam os efeitos do discurso moralista da Igreja e do MST. Esse discurso, apropriado pelas lideranças dos trabalhadores, quer como tática política, quer como meio de assegurar o poder dentro do grupo - este tema merece um tratamento a parte - inibe ainda mais a comunicação entre os trabalhadores associados. Porque expressar suas próprias necessidades ou suas próprias idéias pode ser considerado “individualismo” e, conseqüentemente, inadequação ao projeto do qual dependem. A impossibilidade de um diálogo aberto acaba por gerar desconfianças de todo o tipo - em especial sobre a gestão do dinheiro comum - e por desenvolver entre os trabalhadores relações de exclusão, relações nas quais uns responsabilizam os outros pelos descaminhos do coletivo e que não jogam nunca no sentido da integração proposta pelas instituições responsáveis pela produção dessa moral dentro do grupo.

A dinâmica geral de inúmeras assembléias observadas pode dar uma idéia de como isso, na prática acontece: a decisão de convocar uma assembléia é sempre tomada pelo diretor e vice-diretor. A convocação é feita de “boca em boca” e desacompanhada de qualquer informação precisa sobre a pauta da reunião. O horário estabelecido é sempre aproximado. Os trabalhadores começam a chegar pouco a pouco e levam cerca de uma hora na espera do momento de começar. Chegam, na maioria dos casos, desconfiados e discretamente, como se não quisessem ser vistos ou como se não estivessem seguros da importância de estarem lá. Vão se agachando pelos cantos e assistem, à distância, a conversa das “lideranças” - os dois diretores, dois militantes do MST e alguns poucos amigos. A reunião começa, invariavelmente, com a conversa sobre os ausentes - cerca da metade do grupo - e assume uma conotação moral que os responsabiliza, sempre indiretamente, pelos rumos dos acontecimentos. Essa conversa se prolonga por aproximadamente trinta minutos. Só então o presidente expõe a pauta e sugere uma linha de decisão dos problemas. Começa uma longa discussão que, num primeiro momento sugere decisões diferentes, mas, logo a seguir, assume o tom de um discurso negativista, segundo o qual não adianta decidir nada porque outras decisões já foram tomadas e continuou “tudo do mesmo jeito”. Várias situações de não cumprimento do decidido

pela assembléia são citadas como exemplo. Apenas os nomes dos responsáveis são ocultados. O presidente fala da importância de tomarem medidas punitivas. E um dos antigos líderes do grupo faz um longo discurso falando de sua dedicação e de sua cansaço, ameaçando não mais se empenhar pelo bom andamento do grupo, lembrando tudo que já fez por todos e sugerindo que o "individualismo" e a "falta de união" são os responsáveis pelos descaminhos do assentamento. Recoloca então a proposta apresentada no início da reunião, aguarda um tempo em que os demais presentes começam a demonstrar cansaço e a se retirar, e sugere que alguém coloque a questão em votação. Quase sempre todos concordam com a proposta. A reunião acaba. E continua "tudo do mesmo jeito". Isto é, as decisões aprovadas não serão cumpridas, e retornarão a esse debate viciado e improdutivo.

Tendo que administrar sua assessoria através dos referidos equipamentos coletivos, os técnicos estatais muitas vezes terminam por fortalecer as "lideranças" reprodutoras desta moral e, de certa forma, desta paralisia do grupo. Quando as questões a serem discutidas permitem, fazem reuniões especiais e as coordenam eles mesmos. Mas a busca de uma solução agrícola para o assentamento avança lentamente. E se torna mais complexa à medida que os subsídios programados inicialmente começam a escassear: o crédito agrícola tende a ser reduzido e o acesso a financiamentos subsidiados deixou de existir. Um dos problemas com o qual os trabalhadores e técnicos lidam, presentemente, é o da construção de um sistema de irrigação que lhes permitiria cultivos alternativos.

Nesse clima, ganhou contornos quase dramáticos a questão da administração do equipamento de propriedade e uso coletivo: 5 tratores, um caminhão, uma máquina de beneficiar arroz, um triturador e uma série de implementos. O uso das máquinas passou, pouco a pouco, para a administração dos quatro grupos nos quais 39 trabalhadores se dividiram para as decisões ligadas a problemas da produção. Mas a manutenção das mesmas até recentemente esteve a cargo da associação, o que já criava, em princípio, problemas. Porque, não se sentindo responsáveis pela manutenção das máquinas - "o que é de todos não é de ninguém" - os grupos não administravam os cuidados com as mesmas. De outro lado, não confiando na diretoria da associação, os trabalhadores não lhe delegavam poder de decisão sobre esta função como sendo de sua competência. Cada vez que se tornava necessário reparar qualquer máquina, era feita uma assembléia e rateado, entre as 39 famílias, o dinheiro necessário... Nestas circunstâncias as máquinas se encontravam quase que abandonadas e se desgastavam precocemente. Os trabalhadores se acusavam mutuamente pela falta de cuidado com o que "é de todos" e as reuniões para estabelecer regras que permitissem resolver este problema acabavam não sendo produtivas. No momento estão sendo feitas negociações para a divisão do equipamento entre os quatro grupos existentes. E tudo indica que isso deve redefinir ou colocar fim na associação, último resquício da produção coletiva programada para o assentamento.

Em linhas bastante gerais a análise deste processo procura identificar as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na criação de um espaço de comunicação que lhes permita avançar na resolução de seus problemas comuns. Num primeiro plano, parece evidente que esses trabalhadores trazem, neles mesmos, as raízes dessas dificuldades. Nunca lhes foi dada, em suas trajetórias de vida, a oportunidade de negociar ou de decidir, através de uma negociação, seu próprio destino. A experiência do movimento pela conquista da terra é a primeira que viveram fora dessa condição estrutural de dominados. São longos os relatos das formas como se organizavam e das decisões tomadas. E seria de se esperar que essa experiência lhes assegurasse um mínimo de condições para o debate ou discussão de suas idéias, no assentamento. Isso não ocorre, entretanto, devido à reprodução na situação de assentamento, das velhas relações de dominação nas quais sempre viveram.

A origem dessas relações de dominação está no caráter autoritário do projeto estatal e dos projetos das demais instituições presentes na situação de assentamento. Mas os mecanismos através dos quais essas relações se reproduzem são mais complexos: alguns poucos trabalhadores, por razões ligadas a suas trajetórias individuais, incorporam os projetos e os discursos dessas instituições e passam a exercer papel de liderança no grupo. Com esse discurso se promovem competentes e são eleitos diretores ou permanecem como referências importantes nos momentos de decisão. Alienam-se de seus próprios projetos. Os demais, ameaçados pela incompatibilidade entre os projetos das referidas instituições e seus projetos pessoais, preferem se calar. Expressarem suas idéias é correrem o risco de serem considerados individualista ou traidores de causa comum do grupo. Preferem manter suas idéias e seus projetos em segredo. O parâmetro da trama de relações que se estabelece a partir daí é a desconfiança, porque esse "jogo" dá margem a toda sorte de oportunidades pessoais e de práticas de resistência sorrateira, como no tempo em que eram trabalhadores em processo de exclusão das relações de produção dominantes no campo, ou trabalhadores assalariados não qualificados na cidade. Esses oportunismos e essas práticas de resistência, no plano das relações cotidianas propriamente ditas, têm recriado, incessantemente, relações interpessoais baseadas nas diferenças muito mais que nas semelhanças existentes entre os projetos individuais desses trabalhadores assentados.

É difícil prever os desdobramentos desse processo. Um dado, entretanto, parece ser bastante significativo. À medida que se torna evidente a ruptura do compromisso de todos com o projeto coletivo e com o discurso moral das lideranças, uma certa transparência começa a se estabelecer nas relações interpessoais e nas relações com os técnicos estatais. Em termos da agricultura propriamente dita, começam a ser experimentados novos cultivos e esboçam-se possibilidades de maior autonomia em relação aos financiamentos bancários. Combinando o trabalho assalariado fora do assentamento com seus cultivos, as famílias mais numerosas ou com filhos maiores têm podido empreender suas culturas mais independentemente. Outro acontecimento importante é

o aparecimento de pequenos grupos para, espontaneamente, resolver problemas do assentamento. Por exemplo, um grupo de mulheres que se organiza para encontrar solução para a questão da assistência médica e do transporte dos adolescentes para as escolas da cidade mais próxima. E, paralelamente, os quatro grupos pelos quais o equipamento deverá ser dividido, ensaiam formas de organização adequadas à boa gestão coletiva do mesmo. Esses grupos se constituíram através desses anos, no sentido da maior afinidade de seus componentes. São bastante diferenciados e sugerem, por isso mesmo, uma melhor correspondência entre os objetivos do coletivo e dos indivíduos que o compõem.

A avaliação deste quadro geral, entretanto, defronta-se com a questão da ausência de referenciais de generalidade que possam reestruturar a unidade da situação de assentamento. Depende, em outras palavras, dos rumos que venha a tomar o projeto de reforma agrária ou o projeto de democratização no país como um todo.

V - Conclusão

Concebidos no bojo do processo de abertura política e como antecipação do que se esperava iniciar o processo mais geral de democratização do campo brasileiro - o Plano Nacional de Reforma Agrária - os assentamentos da "Política de Aproveitamento de Terras Públicas" do Governo Montoro significaram, de um lado, uma conquista do movimento nacional de luta pela terra. De outro lado, uma expressão da complexa correlação de forças políticas que caracterizava a frente de oposição ao regime militar. Enquanto tal, esta política de assentamento é reflexo da negociação possível naquela conjuntura. Isto é, surge como expressão da possibilidade do acesso de trabalhadores à posse da terra, mas com a condição de não serem alteradas as regras através das quais a grande exploração empresarial vem dominando a agricultura no país.

Nestas circunstâncias, a viabilidade econômica dessas experiências pontuais de "reforma agrária" torna-se bastante difícil. Sem a retaguarda de uma política geral de apoio à pequena produção agrícola, a alternativa para esses novos produtores rurais parecia consistir na reprodução da miséria dominante nos meios camponeses tradicionais ou na produção cooperada, capaz de incorporar a tecnologia agrícola dominante e as linhas de crédito oferecidas pelas instituições financeiras estatais. Frente a este impasse, o modelo agrícola levado pela assessoria estatal aos assentamentos foi o da "produção coletiva", apoiado, por razões outras, pela representação da Igreja Católica e pela militância política comprometidas com a luta pela terra.

A mediação desse modelo na relação entre trabalhadores assentados e técnicos estatais agudiza ainda mais as dificuldades a serem enfrentadas pelos mesmos na busca de uma solução agrícola para esses novos produtores rurais, porque, construído à margem da realidade dos trabalhadores, o modelo entra em confronto com os seus projetos individuais, inibindo o desenvolvimento de um diálogo - uma relação dialética - entre estes e os técnicos estatais. Ao mesmo tempo, a imposição deste modelo recria, na situação de assentamento, as relações de dominação que marcaram suas trajetórias de vida até a experiência do movimento que lhes assegurou a conquista da terra.

Submetidos às velhas relações de dependência, os trabalhadores tendem a recriar as velhas práticas sorradeiras de resistência e velhos comportamentos de oportunismo pessoal. A desconfiança se estabelece nas relações interpessoais, gerando comportamentos baseados nas diferenças individuais - comportamento de exclusão - muito mais do que nas semelhanças da situação de assentamento. Rompem-se, portanto, as bases da recriação da identidade coletiva do grupo.

Seria de se supor que, na hipótese do projeto de reforma agrária ser vencedor nas negociações que definiam o pacto da transição, essas experiências ganhariam força para enfrentar dificuldades iniciais e integrarem-se a um grande movimento nacional de redefinição das relações sociais no campo. Mas, com a derrota deste projeto e o conseqüente recuo das políticas que subsidiavam o modelo agrícola imposto originalmente aos trabalhadores, a situação de assentamento torna-se ainda mais problemática: em primeiro lugar porque, sem esses subsídios, as culturas modeladas pela intervenção estatal entram em colapso. E às dificuldades existentes no plano de organização coletiva dos trabalhadores, passam a se somar dificuldades decorrentes dos insucessos de suas culturas. De outro lado, porque o próprio recuo do Estado impede que os técnicos remodelem sua intervenção de modo a torná-la mais eficaz. E sucedem-se, na situação de assentamento, cultivos experimentais nem sempre bem sucedidos.

Deixados a eles mesmos e portadores de um saber camponês insuficiente - porque residual e acumulado na condição de pequeno produtor em vias de expropriação da terra - os trabalhadores acabam assistindo ao desmoronamento das conquistas da cidadania asseguradas pelo movimento de acesso à terra: não têm mais direitos que lhes permitam negociar os rumos de suas próprias vidas com os companheiros ou com o próprio Estado -. Ressurge entre eles a figura do Estado provedor (“O governo não dá”, “O governo não ajuda”) que marcava suas vidas antes de canalizar seus projetos individuais para o movimento de luta pela terra.

As análises desenvolvidas para o caso do Assentamento de Porto Feliz mostram, entretanto, que este retrocesso dos trabalhadores na construção de sua própria cidadania pode ser apenas aparente, porque, reproduzindo embora práticas paralisantes no dia-a-

dia do assentamento, estes sujeitos guardam ainda viva a memória do "tempo do movimento". Por exemplo, embora não participem ativamente da construção da associação, também não querem que ela acabe, porque reconhecem a importância de estarem organizados. Esta memória, associada ao espaço de relativa liberdade que a debilitação da intervenção estatal lhes assegurou - o descompromisso com os valores do modelo coletivista - podem se combinar em fatores propulsores de sua recriação em novos sujeitos da luta pela reforma agrária no país.

Ora, sabe-se que a questão da organização política de pequenos grupos passa, em grande medida, pela existência de utopias comuns ou de referências políticas de generalidade. A organização desses mesmos trabalhadores por ocasião da luta pela terra foi possível, por exemplo, porque o projeto político do MST e a Política de Reestruturação Fundiária do Governo Montoro - além da perspectiva de uma reforma agrária a nível nacional - permitiram-lhes transformar suas expectativas individuais, num projeto comum coletivo. E é esse referencial de generalidades que parece faltar nos assentamentos na presente conjuntura política.

Conforme já foi mencionado, a trajetória política do projeto de reforma agrária pelos espaços institucionais do Governo de Transição abalou fortemente as convicções políticas, mesmo das forças mais progressistas, no tocante à questão da reforma agrária (D'Incao, 1990). Os novos rumos políticos do país, entretanto, parecem apontar para um ressurgimento do referido projeto, porque a vitória das forças conservadoras no recente pleito presidencial e a evidência de sua política neo-liberal reafirmam a necessidade das forças políticas progressistas continuarem empenhadas, ainda, na construção da cidadania brasileira.

Notas

- (1) "Projeto Camponês e Bóias-Frias: vida cotidiana e capacidade de negociação numa experiência de reforma agrária", em colaboração com Gérard Roy, convênio CEDEC-CNPq-ORSTOM/França.
- (2) Esta política dividia-se em dois programas específicos: o "Plano de aproveitamento de Terras Públicas", destinado ao assentamento de trabalhadores rurais Sem Terra e o "Plano de Regulamentação Fundiária", voltado para a legalização da propriedade em áreas de conflito pela posse da terra - especialmente Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema.
- (3) A palavra "assentamento" é utilizada, desde o período do regime militar, para designar a instalação de trabalhadores rurais sem terra em terras públicas ou privadas destinadas a experiências pontuais de reforma agrária.

- (4) Fonte: SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários), relatório de março de 1988.
- (5) A expressão Sem Terra surge, pela primeira vez, no final dos anos 50 e início dos anos 60. Era usada para designar um movimento de trabalhadores rurais que, expropriados da terra, no sul do país, se organizavam para a demanda de novas terras. Com a ditadura militar instaurada em 1964, este movimento entra em refluxo. No início dos anos 80, com a abertura política, um novo movimento de trabalhadores Sem Terra surge nos estados do sul e, pouco a pouco, se alastra pela região sudeste e centro sul. Originariamente este movimento reunia trabalhadores recém-expropriados da terra. À medida que ele se desenvolve, entretanto, começa a aglutinar também trabalhadores urbanos não qualificados, de origem rural mais antiga (filhos ou netos de pequenos produtores rurais). Esse movimento ganha organização a nível nacional, em meados da década de 80.
- (6) Fonte: SEAF (Secretaria Especial de Assuntos Fundiários), 1987.
- (7) O assentamento de Porto Feliz resultou de um único movimento, mas acabou sendo dividido em 2: Porto Feliz 1 e Porto Feliz 2. Conforme se explicará mais à frente, esta divisão resultou da opção dos trabalhadores por se manterem associados num sistema de agrovila - proposta do Estado - ou permanecerem em seus lotes, produzindo individualmente. Os dados utilizados no presente texto são resultado de pesquisa junto aos trabalhadores associados - Porto Feliz 1. A observação do outro grupo está sendo feita presentemente.
- (8) No início dos anos 80 foi organizada uma grande Campanha Nacional de Reforma Agrária, congregando instituições como a CONTAG, a CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, a ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária, a CPT - Comissão Pastoral da Terra e inúmeras outras.
- (9) Dados recentes da CONTAG informam a existência de cerca de 10 milhões de famílias de trabalhadores demandando terra no Brasil. Esses 10 milhões de famílias compreendem posseiros, arrendatários, parceiros e trabalhadores Sem Terra.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. "Nova Forma de Luta pela Terra: Acampar". Reforma Agrária, (2): 55-59, mai/jul., 1985.
- ANDRADE, M. et. al. "Coletivização: Uma proposta para o camponeses - primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias trabalhadoras rurais para fins de reforma agrária", São Paulo, 1989 (xerox).
- Associação Brasileira de Reforma Agrária. Re-constituir a Reforma Agrária. Reforma Agrária, 18(2): 1-91. ago/nov., 1988.
- BALTAR, R. "Reforma Agrária e Governo de Transição: A ação política do empresariado rural"; dissertação de mestrado, Departamento de Sociologia, UNICAMP, 1990.

- BARBOSA, M.V. e LEITE, S. "Reforma Agrária em Terras Públicas: Contradições de um Governo Democrático", Departamento de Sociologia e Antropologia da FFC/UNESP, 1990 (xerox).
- COOPER. D.G. Mort de la Famille. Paris: Editions du Senil, 1972.
- D'INCAO, M.C. "Governo de Transição: Entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária", Revista Lua Nova, No. 20, São Paulo:CEDEC, 1990.
- .Apresentação do núcleo temático, Revista Lua Nova, No. 22, São Paulo:CEDEC, no prelo.
- . "A experiência dos Assentamentos: Contribuição ao debate político da Reforma Agrária", idem.
- GARCIA, M.A. "Dezoito Meses de Governo Montoro"; Novos Estudos CEBRAP, No. 10, out., São Paulo, 1984.
- GRZYBOWNKI, C. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.
- . "Política Agrícola e Reforma Agrária - Subsídios ao Programa do PT", xerox, Diretório Nacional do PT, São Paulo, 1989 (xerox).
- HELLER, A. Sociologia de la Vida Cotidiana. 2a. ed., Barcelona: Ediciones Península, 1987.
- LAING. R.D. La Politique de la Experience. Paris: Ed. Stock, 1969.
- . La Politique de la Famille. Paris: Ed. Senil, 1970.
- MARTINI, G. "Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira". Projeto BRA/87/006 - OIT/PNUD/IPLAN, xerox (versão original para discussão).
- MARTINS, J. de S. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.
- . A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.
- . Caminhada no Chão da Noite - Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo. São Paulo: Ed. Hucitec, 1989.
- RICCI, R. "A CONTAG e o Projeto de Reforma Agrária no Governo de Transição", São Paulo: Cadernos CEDEC, 1990.
- SANCHEZ, F.R. "A Igreja e o Projeto de Reforma Agrária no Governo de Transição", São Paulo: CEDEC, 1988 (xerox).
- SARTRE, J.P. "Prefácio". In: R.D. LAING e D.G. COOPER. Razão e Violência. Petrópolis: Ed. Vozes, 1982.
- . Sartre no Brasil - A Conferência de Araraquara, Rio de Janeiro: UNESP/Paz e Terra, 1987.
- Silva, J. Gomes da. Caindo por Terra - Crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1988.
- Silva, J. Grazziano. "Mas, qual Reforma Agrária?", Revista Reforma Agrária, ABRA, Ano 17, nº 1, abril/julho, 1987.